



DIREITOS HUMANOS

Em busca de maior integração no país

Em debate no Congresso, Política Nacional de Migração e Refúgio pode ser concluída neste ano, segundo especialistas

» MAYARA SOUTO
» VITÓRIA TORRES*



O Brasil tem políticas e legislações muito favoráveis à acolhida e integração das pessoas refugiadas

Daide Torzilli, representante da Acnur no Brasil

O Brasil tem a missão de concluir a Política Nacional de Migração e Refúgio e integrar as pessoas em necessidade de proteção internacional à sociedade e é possível que isso ocorra ainda neste ano. Essa foi a conclusão de especialistas, na última semana, durante a apresentação dos relatórios Refúgio em Números, do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

O cenário mundial sobre o assunto também foi divulgado pela Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no relatório Global Trends 2023 e mostra aumento no número de pessoas buscando abrigo em várias partes do planeta. “O Brasil é um país muito importante para a proteção da pessoa refugiada, historicamente, e tem tido uma política acolhedora e solidária. Nos últimos anos, esse fluxo de pessoas refugiadas aumentou”, destaca Daide Torzilli, representante da Acnur no Brasil. Segundo ele, o país tem 730 mil pessoas com necessidade de proteção internacional (refugiados, migrantes, apátridas). “É um número importante, mas também é relativamente pequeno, se comparado à dimensão do país, por isso, nas tendências globais o país não aparece tanto”, acrescenta.

O Brasil é citado como um dos países que mais recebe haitianos (veja mais dados no infográfico ao lado) e também como exemplo de legislação. O documento coloca como positivo o fato de a lei garantir a nacionalidade brasileira, mesmo com a aquisição de outra, o que também evita apátridas (pessoas sem nacionalidade).

“O Brasil tem políticas e legislações muito favoráveis à acolhida e integração das pessoas refugiadas. Neste ano, a construção da política e refúgio é uma grande oportunidade para que o país tenha uma política sustentável, previsível e com as mesmas divisões de responsabilidades e financiamentos para programas futuros”, comenta Torzilli.

A Política Nacional de Migração e Refúgio é discutida há anos no Congresso Nacional, por meio da Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados. Prevista no artigo 120 da Lei de Migração nº 13.445/2017, a proposta prevê parceria do governo federal com estados e municípios para o atendimento a migrantes e

refugiados que chegam ao país. No entanto, a política pública nunca foi regulamentada e o grupo que debate sobre ela ficou parado por cinco anos e só voltou em 2023.

De acordo com o representante da Acnur, a discussão está avançada e pode ser finalizada neste ano. Sem a regulamentação, os ministérios brasileiros têm atuado, nos últimos anos, em parceria com Forças Armadas, estados e municípios para monitorar e acolher migrantes e refugiados, principalmente, dos fluxos vindos da Venezuela, do Afeganistão e do Haiti. A garantia de acesso à educação, saúde e emprego tem sido um foco central das ações desenvolvidas.

O Brasil também liderou a revisão de 30 anos da Declaração de Cartagena, em 2014. Neste ano, um novo plano estratégico para a principal lei de migração e refúgio da América Latina será discutido. Uma das primeiras reuniões sobre o assunto, em maio deste ano, foi realizada em Brasília, no Palácio do Itamaraty.

“O posicionamento do nosso país em relação ao refúgio está muito bem encaminhado em termos de legislação. Há um esforço grande para avançar nos processos de solicitantes de refúgios. Porém, precisamos avançar em termos de integração”, comenta a Irmã Rosita Milesi, membro da Congregação das Irmãs Scalabrinianas e envolvida com pautas sobre migração e refúgio há décadas. Ela defende mais oportunidades para que os refugiados sejam reconhecidos e tenham condições de se integrarem, não apenas recebendo favores ou ajudas pontuais. A esperança da religiosa é que isso ocorra com a regulamentação da política nacional, garantindo, por exemplo, “oferta de cursos de português e maiores oportunidades de trabalho com condições dignas”.

*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel

Raio-X

Na última semana foram divulgados dados atualizados sobre o refúgio no Brasil e no mundo em 2023. As informações constam em relatórios da Agência da ONU para Refugiados (Acnur), do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Veja abaixo o panorama nacional e internacional.

120 MILHÕES

É o número de pessoas em deslocamento forçado no mundo. A categoria inclui refugiados, migrantes econômicos e apátridas. Até dezembro de 2023 o valor era de 117,3 milhões e, em apenas quatro meses de 2024, houve aumento de 3 milhões.

Pessoas refugiadas

No mundo

43,4 milhões

No Brasil

143.033



Solicitações de refúgio

O número de refugiados vem crescendo constantemente no mundo, com exceção dos anos da pandemia de coronavírus. No Brasil, a tendência é a mesma. Ao todo, entre 2011 e 2023, foram quase 400 mil pedidos feitos ao governo brasileiro — destes, 58,6 mil foram realizados no ano passado.

Perfil

Os homens jovens continuam sendo os que mais pedem refúgio no mundo e no Brasil, como ocorre há muito tempo. Veja abaixo a porcentagem de refugiados por sexo e idade.

| No mundo | | No Brasil | |
|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| 0 a 17 anos | 0 a 17 anos | 0 a 14 anos | 0 a 14 anos |
| 21% | 20% | 21% | 29% |
| entre 18 e 59 anos | entre 18 e 59 anos | entre 15 e 59 anos | entre 15 e 59 anos |
| 28% | 27% | 76% | 67% |
| +60 anos | +60 anos | +60 anos | +60 anos |
| 2% | 3% | 3% | 4% |

Fonte: Relatório “Refúgio em Números”, feito pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e “Global Trends 2023”, da Agência da ONU para Refugiados.

Principais nacionalidades

No mundo todo, segundo a Acnur, pessoas de cerca de dez países foram as responsáveis por 87% dos pedidos de refúgio. Já no Brasil, 50% das solicitações são de um só país, a Venezuela.

| No mundo | No Brasil |
|-----------------------------|------------------------|
| Afegãos 6,5 milhões | Venezuelanos 29 mil |
| Sírios 6,5 milhões | Cubanos 11,4 mil |
| Venezuelanos 6,1 milhões | Angolanos 3,9 mil |

MEIO AMBIENTE

Incêndios no Pantanal e no RJ e mais chuvas no RS

» HENRIQUE LESSA

Com a chegada do período mais seco do ano, o Pantanal volta a sofrer com os incêndios florestais, batendo novos recordes de devastação. No Rio de Janeiro, queimadas atingiram o Parque Nacional de Itatiaia (PNI) e, no Rio Grande do Sul, chuvas voltam a fazer estragos.

No Mato Grosso do Sul, a destruição de incêndios do Pantanal já atingiu, nos primeiros 10

dias de junho, uma área de 59 mil hectares. Foi o maior número de queimadas para o mês de junho, de acordo com a série histórica do monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), iniciada em 1998.

Desde o início do ano, o tamanho da destruição surpreende ainda mais, no acumulado deste janeiro, o fogo já destruiu uma área equivalente a mais da metade de todo o território do Distrito Federal. Contudo, dados do SOS

Pantanal indicam que o pior ano ainda é o de 2020.

Já o PNI, no RJ, teve destruída uma área de 150 hectares, mobilizando mais de 100 bombeiros e duas aeronaves no combate aos os focos de incêndio no parque que fica ao sul do estado, na região de fronteira com os estados de Minas Gerais e de São Paulo. O combate ao incêndio enfrenta a dificuldade de acesso à localidade que está entre 2 e 2,5 mil metros de altitude, o que torna fundamental o apoio aéreo na operação.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, um temporal com vento e granizo causou grande destruição na cidade de São Luiz Gonzaga, na região noroeste do estado,

no fim da noite de sábado. Cerca de 1,2 mil casas e empresas foram danificadas, segundo a prefeitura. A Sala de Situação do Estado classificou o fenômeno como uma “microexplosão”, decorrente das instabilidades climáticas que atingiram a região. Apesar do prejuízo, até o início da tarde de ontem, não havia informações sobre vítimas.

De acordo com informações da Defesa Civil, o fenômeno ocorre quando uma nuvem não suporta a quantidade de água e “despeja” muita chuva em pouco tempo. Segundo a empresa Met-Sul, as chuvas superaram a média histórica de todo o mês entre 100% e 150%.

Joédson Alves/Agência Brasil



Queimadas se alastram pelo Pantanal há vários dias devido à seca

Valdo Virgo/CB/D.A Press